

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

19/12/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Centrais reafirmam parar o Brasil quando reforma da Previdência for a votação

CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, CGTB, CSP Conlutas e Intersindical se reuniram na manhã de quinta-feira (14), em São Paulo, para fazer uma avaliação das ações do calendário de mobilização contra a reforma da Previdência definido no último encontro dos dirigentes. Os sindicalistas analisaram os últimos movimentos do governo e Congresso, que vêm batendo cabeça sobre o momento de levar a matéria ao plenário da Câmara. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos governistas, eles reafirmaram a disposição de parar o Brasil no momento em que o governo agendar a votação da PEC 287/16. Houve duras críticas à campanha publicitária do governo. "As Centrais Sindicais repudiam e denunciam como mentirosa e contrária aos interesses do povo brasileiro a campanha que o governo Michel Temer vem promovendo para aprovar a contrarreforma da Previdência", diz nota aprovada na reunião. O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna), disse à Agência Sindical que os atos e manifestações realizadas durante toda esta semana foram positivos. Para ele, o importante é manter a mobilização. "Tivemos um importante reforço, que foi a decisão do setor de transporte público. Eles reafirmaram o estado de greve. Não podemos baixar a guarda, nem durante o recesso parlamentar. Se não conseguirem votar esse ano, tentarão novamente no ano que vem. É preciso que fiquemos alerta", afirma. A Agência ouviu o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, que também participou da reunião. "Essas confusões entre Romero Jucá (líder do governo no Senado) e o ministro Meirelles demonstram que há desentendimento na própria base. Isso é um sinal de que não há votos suficientes, mas o governo segue querendo voltar a reforma da Previdência. Entretanto o movimento sindical fechou questão. Se o governo colocar pra votar, haverá paralisações", ressalta.

Leia mais: Agência Sindical - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Novo ministro nega flexibilização no texto da reforma da Previdência

O novo ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou que o governo não tem compromisso com nenhum tipo de flexibilização na reforma da Previdência. Destacou, porém, que continua ouvindo sugestões, sobretudo para trazer mais votos pela aprovação da reforma na Câmara. "Nós não temos nenhum compromisso com qualquer tipo de flexibilização. Estamos ouvindo, como já ouvimos e podemos ouvir mais para frente. Mas compromisso nenhum foi firmado. O que é importante é que aqueles que nos trazem sugestões de modificação tragam junto os votos que essa modificação pode trazer à reforma", disse ele. A proposta original da reforma da Previdência era mais ampla, porém foi sendo reduzida pouco a pouco após negociação com os parlamentares para aprová-la no Congresso. Assim, foram excluídos os policiais militares, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – idosos e pessoas com deficiência de baixa renda –, e trabalhadores rurais. O governo também desistiu de elevar o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. O governo argumenta que a reforma irá combater os privilégios aos que recebem altos salários do funcionalismo público, sem prejuízo aos que recebem salários mais baixos. Com as mudanças, no entanto, a estimativa de economia do governo caiu cerca de R\$ 320 bilhões no período de dez anos, ou cerca de 40% da economia prevista em comparação com a proposta inicial enviada no ano passado ao Congresso. Logo após tomar posse como ministro, nesta sexta-feira (15), Marun concedeu entrevista coletiva no Palácio do Planalto. Para ele, o adiamento da votação para fevereiro de 2018 não será um problema. Na mesma linha do que disse o presidente Temer durante a cerimônia de posse, o novo ministro afirmou que o mês de janeiro será usado para os deputados buscarem apoio à reforma em suas bases eleitorais. "Nosso sentimento é que os parlamentares dos partidos da base, ao chegarem em suas bases eleitorais para conversarem com suas bases, receberão apelos pela aprovação da reforma. A nossa expectativa é que o recesso, no lugar de atrapalhar a aprovação da reforma, vai ajudar", disse. O novo ministro também se mostrou satisfeito pela decisão do PSDB de fechar questão a favor a reforma. Para ele, não há mais motivos para não apoiá-la. Ele citou a retirada dos trabalhadores rurais e dos beneficiários BPC. Marun também lembrou que professores e policiais, por conta das particularidades de suas funções, terão idade mínima diferenciada. "Praticamente não existem mais argumentos para ser contra. Ou você é contra porque é contra o governo e finge não saber que a reforma é necessária ou é contra por ter receio das consequências eleitorais que um voto pode trazer nessa questão", disse Marun. O novo ministro vinha exercendo papel de destaque na articulação política do governo como deputado na Câmara. Agora, como ministro, Marun disse que vai intensificar o diálogo com o Congresso tendo como foco principal a reforma da Previdência, conforme pedido feito pelo próprio presidente Temer durante seu discurso. "Eu peço a você, viu Marun, que na sua atuação na articulação política, dedique-se dia e noite, 18 horas por dia, se possível 20 horas, à reforma da Previdência. Você tem energia para isso, energia física, comunicativa, intelectual", disse Temer durante a cerimônia de posse.

Leia mais: Portal EBC - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Maia: Se não votar Previdência em fevereiro será impossível aprová-la

Em entrevista à Folha de S. Paulo o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse que a reforma da Previdência não for votada até 20 de fevereiro do próximo ano ficará impossível aprová-la. "Se a gente não conseguir condições para votar ali, 19, 20 de fevereiro, é impossível. Aí é melhor ir para outro tema", disse Maia na entrevista publicada neste domingo (17). Sem votos, o governo foi obrigado a retirar a proposta da pauta, tendo que mudar os planos de aprovar a reforma ainda em 2017. A articulação do governo é para tentar garantir os 308 votos necessários para aprovar a emenda constitucional depois do Carnaval. Por se tratar de uma Proposta Emenda à Constituição (PEC), a reforma precisa de 308 votos favoráveis dos 513 deputados, em dois turnos de votação. "Não tem plano B. O que você tem de olhar é o que, do ponto de vista do equilíbrio fiscal, pode ser feito. Mas não quero tratar desses pontos porque vou estar jogando a toalha. Então, só depois do dia 19 de fevereiro", disse Maia. Segundo ele, as duas denúncias contra o Temer apresentadas pela Procuradoria-Geral da República tiveram um papel de limitar o número de deputados que apoiam a reforma. Mas além disso, o governo enfrenta uma forte rejeição popular que aumenta o desgaste do governo. E apoiar uma reforma que retira direitos vai representar também a retirada de votos nas urnas em 2018. Diante da possibilidade de ver a reforma voltar para a gaveta, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, admitiu que o governo negocia mudanças na última versão do texto, a chamada "reforma enxuta". A primeira versão da reforma, apresentada ainda em 2016, previa uma economia de 800 bilhões de reais em 10 anos. Essa economia caiu para 480 bilhões de reais com a última versão do texto, de três semanas atrás. Do Portal Vermelho, com informações de agências.

Leia mais: Portal Vermelho - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

IBGE: Desigualdade é grande no país; 25% da população vivem com R\$ 387 por mês

Os dados da Síntese de Indicadores Sociais 2017, divulgados nesta sexta-feira (15), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram uma desigualdade gritante no país em vários níveis, entre regiões, de gênero, de raça ou cor. Segundo as estatísticas, 42% das crianças brasileiras de 0 a 14 anos e 1/4 da população do Brasil estão na linha da pobreza, o que significa que sobrevivem com US\$ 5,5 diários, segundo definição do Banco Mundial, ou cerca de R\$ 387 mensais. A região Nordeste é a que concentra a maior parte dos pobres, com 43%. Em 2016, o rendimento médio por pessoa, dos 20% dos domicílios com maiores rendimentos, em torno de R\$ 4,5 mil, era 18 vezes maior do que o rendimento dos 20% dos domicílios mais pobres, com menores rendimentos por pessoa, em torno de R\$ 243 mensais. Os indicadores mostram também que, entre os 10% mais pobres, quase 80% eram pretos ou pardos. E, entre os arranjos domiciliares na linha da pobreza, as mulheres sem cônjuge com filhos representam mais da metade. Quando o recorte é feito em relação às mulheres negras, a desigualdade de gênero e raça combinados é ainda mais expressiva. A incidência de arranjos domiciliares na linha da pobreza entre as pretas e pardas é de 64%. Outros dados revelam que o acesso à moradia digna é um grande gargalo da população brasileira. Mais de 11 milhões de brasileiros vivem em residência com adensamento excessivo, ou seja, mais de três pessoas por dormitório. E mais de 9 milhões de pessoas tem gastos com aluguel considerados excessivos, com valor igual ou superior a 30% da renda domiciliar mensal. A síntese apresenta também as informações relativas à pobreza multidimensional, que mostram que quase 65% da população brasileira, tinham, em 2016, restrição a pelo menos uma de cinco dimensões: educação, proteção social, condições de moradia, serviços de saneamento básico e comunicação. Novamente as mulheres negras sem cônjuge, com filhos, são as mais atingidas: mais de 80% delas têm uma ou mais restrições. O IBGE apresentou também indicadores sobre o mercado de trabalho e mobilidade educacional. E mais uma vez chama a atenção a desigualdade: as taxas de desocupação da população negra foram superiores às da população branca em todos os níveis de instrução.

Leia mais: Portal EBC - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Intenção de investimentos da indústria avança 10,9 pontos

O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu 10,9 pontos no último trimestre deste ano, em relação ao trimestre anterior. O índice, que mede o ímpeto de investimento dos empresários do setor, atingiu o patamar de 116 pontos, o maior nível desde o primeiro trimestre de 2014 (116,6 pontos). Segundo a FGV, "apesar do bom resultado, o número elevado de empresas prevendo estabilização dos investimentos nos próximos meses sinaliza que parte do setor continua em compasso de espera e que uma aceleração mais expressiva dos investimentos dependerá da redução da incerteza econômica e política". As empresas que prevêm investir mais nos 12 meses seguintes passaram de 21,1% do total no terceiro trimestre para 26,6% no quarto trimestre. Já as que pretendem investir menos caíram de 16% para 10,6%. A proporção de empresas prevendo investir mais nos 12 meses seguintes superou a das que projetam investir menos, algo que não ocorria desde 2014. A proporção de empresas, no quarto trimestre, certas quanto à execução do plano de investimentos ficou em 26,8% e superou a de empresas incertas: 25,3%. Ambos os percentuais são inferiores aos observados no trimestre anterior: certas (28,2%) e incertas (27,3%). A FGV ainda considera elevado o percentual de empresas incertas, o que "sugere a possibilidade de que o ambiente econômico e político, ainda instável, continue atuando como fator de limitação à expansão dos investimentos nesta fase de recuperação da economia".

Leia mais: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>